ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **jbj9ANovsK3r** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

O caminhar é para todas? Uma abordagem de mulheres latino-americanas sobre derivas e flâneries na contemporaneidade

Autores:
Adriana Gomes do Nascimento - Universidade Federal de São João del-Rei - adrianan@ufsj.edu.br
Alice Saute Leitão - Universidade Federal de São João del-Rei - alicesauteleitao@gmail.com
Ana Luiza Ribeiro Carvalho - Universidade Federal de São João del-Rei - analucarvalhoo@gmail.com
Thais de Almeida Gonçalves - Universidade Federal de São João del-Rei - thais.dagoncalves@gmail.com

Resumo:

Se compreendemos o vaguear pela cidade como ato político e como possibilidade de um urbanismo mais inclusivo, é imprescindível a noção de acessibilidade espacial a todos. Portanto, para além de uma compreensão do ato de caminhar, das teorias da deriva propostas pelos situacionistas e da questão do gênero, exploramos através da nossa experiência enquanto mulheres latino-americanas, como as deambulações podem transformar o espaço na construção de narrativas urbanas. E se o caminhar envolve a cidade, eis a questão: porque a rua dá medo? O caminhar desempenhou diferentes protagonismos nas cidades. O ideal de cidade para pessoas, baseado no caminhar e na perspectiva do pedestre, nem sempre estiveram em evidência na organização e no planejamento urbano, perdendo seu papel principal notoriamente a partir do século XX. Assim, a sociedade contemporânea parece se acostumar à sensação de medo nas cidades, sendo preciso pontuar também a importância de revolução desse anestesiamento.

O CAMINHAR É PARA TODAS?

Uma abordagem de mulheres latino-americanas sobre derivas e *flâneries* na contemporaneidade

deixe-me ir
preciso andar
vou por aí a procurar
Cartola[1]

Cartola continuaria os versos a cantarolar que era preciso caminhar para se encontrar. Caminhar é um eterno procurar. Procurar caminhos, sentidos, paisagens, memórias, lugares ou simplesmente inspiração e um sentido para a vida. Mas, para além de nos direcionar de um lugar ao outro, caminhar pode ser um ato político e um dos movimentos mais intuitivos de uma multidão. Baudelaire (1995) já havia confirmado, em uma de suas *flânerie,* a importância das ruas e do caminhar. Também o grupo europeu que formava a Internacional Situacionista (IS) buscava nessas errâncias e experiências urbanas sentidos para suas derivas. É fato que o assunto do caminhar pela cidade tomou grande notoriedade nos últimos tempos, sendo abordado inclusive por mulheres como Rebecca Solnit (2016).

Se compreendemos o vaguear pela cidade como ato político e como possibilidade de um urbanismo mais inclusivo, é imprescindível a noção de acessibilidade[2] espacial a todos. Portanto, para além de uma compreensão do ato de caminhar, das teorias da deriva propostas pelos situacionistas e da questão do gênero, buscamos explorar, através da nossa experiência enquanto mulheres latino-americanas, mais precisamente brasileiras, como as deambulações podem transformar o espaço urbano na construção de narrativas urbanas. E se o caminhar envolve a cidade, eis a questão: porque a rua dá medo?

Gillian Rose (1993) nos dá um vislumbre de resposta ao abordar a teoria do espaço paradoxal. Ao passo que se caminha pela cidade em diferentes locais, escalas, contextos e horários, compreende-se o território enquanto múltiplas teias de sociabilidade, cada qual com sua espacialidade e em constante movimento. Ou seja, uma mesma pessoa pode ocupar um espaço à margem em uma determinada teia e em outra distinta ocupar o centro. O que determina essas divergências é a sua posição em determinado espaço-tempo. E nesse sentido, a posição do corpo da mulher em relação à rua é direcionada às bordas, às margens, e quase nunca, ao centro. O caminhar, para esse artigo, é portanto, como para Cartola, uma

[1] OLIVEIRA, Angenor de. (CARTOLA). *Preciso me encontrar. In:* Cartola. Gravadora Marcus Pereira, São Paulo, 1976.

[2] A noção de acessibilidade aqui ultrapassa o seu entendimento de pessoas com deficiências físicas ou mobilidade reduzida, considera o gênero e outros fatores também como condição restritiva.

necessidade. Imersos nesse contexto, importa ressaltar ainda: a figura do *flâneur*; as derivas situacionistas e, principalmente, a perspectiva da mulher em um cenário latino-americano.

O CAMINHAR E A CIDADE CONTEMPORÂNEA

O ato de caminhar tem em si múltiplos significados: da simples necessidade de movimento ou de locomoção à divagação, à análise, à compreensão de um contexto a partir do entremear em seu interior. A abordagem do caminhar, assim, é "a maneira como investimos atos universais de significados particulares" (SOLNIT, 2016, p. 19-20). A cidade, repleta de contrastes e estímulos, aparece como objeto desse caminhar, observador em diversos momentos.

A divagação pelas ruas da cidade se mostra um meio eficaz para compreendê-la em suas complexidades. A partir da observação em movimento, atenta aos detalhes e às particularidades de cada beco, rua ou esquina, pode-se construir uma perspectiva mais abrangente do ambiente urbano, abarcando sua diversidade e unidade, suas contradições e coerências, os conflitos e convivências que proporciona, ao abrigar tamanha multiplicidade em um único espaço.

O simples vaguear pela cidade pode nos trazer experiências consideradas essenciais para a percepção do contexto urbano. Essas práticas de errâncias nos aproximam de outros campos de conhecimento, confluindo arte e cotidiano, e fazendo justiça à complexidade das relações sujeito-cidade. Dessa maneira, a experiência errática urbana busca uma nova forma de pensar a possibilidade de um urbanismo mais inclusivo, demonstrando a importância dessas alteridades e envolvendo vários campos do saber.

O habitante da cidade, no seu ato de caminhar, age como um *performer*, por meio da liberdade de sua experiência urbana, ressignificando sua forma de envolvimento nesse lugar comum. Nessas pequenas ações, pode-se observar a cidade de seu interior e se atentar aos detalhes, ou, como propunha Norberg-Schulz (1980), ao espírito do lugar. Caminhar diz respeito a dedicar um tempo a observar, ou, como afirmam Jacques e Jeudy (2006), ao modo como cada indivíduo se coloca em posição de "sentir" a cidade por meio do olhar deambulatório. Algo que pode ser compreendido quando Heidegger (1987) pontua que somente o sujeito disposto a experienciar é capaz de ser transformado.

Ao longo da história da vida moderna, uma série de escritores e demais artistas divagaram sobre a errância. Talvez o caminhante mais conhecido desse variado grupo, o *flâneur*[3] configure como mais que um caminhante: como um estado de espírito. Essa figura errante tem na multidão seu lar, vivendo incógnito em meio ao mar de gente que cruza as grandes avenidas e pequenas ruelas diariamente. Nas palavras do autor,

> a multidão é seu universo, como o ar é o dos pássaros, como a água, o dos peixes. Sua paixão e profissão é desposar a multidão. Para o perfeito *flâneur*,

[3] O termo, cunhado por Baudelaire (1995) para descrever o caminhante que percebe e se deixa envolver pela modernidade, caracteriza os errantes urbanos, desde então.

> para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo, e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados, imparciais, que a linguagem não pode definir senão toscamente (*Ibid.*, p. 857).

O *flâneur* caminha reinventando o cotidiano, onde as fissuras, as margens e os desvios são constantemente ressignificados (JACQUES, 2012). É com o desenrolar das errâncias que o caminhante constrói suas próprias narrativas urbanas.

> Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço [...] Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um "suplemento" aos enunciados pedestres e as retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (DE CERTEAU, 1994, p. 200).

Para além da construção de paisagens, na cidade constroem-se identidades por meio das ações dos chamados atores sociais, ou melhor dizendo, por nós que habitamos e vivenciamos esse espaço. E são essas ações que determinam nossos modos de vida e a nossa noção de pertencimento em determinado espaço urbano. A sociedade é moldada pelas relações culturais, sociais, econômicas, históricas, e principalmente, políticas. Nessa amálgama entre o material e o subjetivo, percebe-se, cada vez mais, que quando se muda o material, paulatinamente se modifica o subjetivo (DURKHEIM, 1977).

Viemos assistindo à (des)construção de paisagens e identidades das nossas cidades por meio de práticas políticas e econômicas neoliberais que garantem a acesso à cidade restrito a uma parcela da sociedade, distanciando cada vez mais as classes sociais distintas e gerando um empobrecimento cultural. O lugar na cidade tem um preço e, dessa forma, vai se consolidando um processo em que todas as oportunidades estão concentradas em um fragmento do território, enquanto o restante é invisível aos olhos do Estado. Um processo que vai construindo uma "cidade" coletiva, mas que é ocupada individualmente.

O caminhar desempenhou diferentes protagonismos nas cidades e ao longo do tempo. O ideal de cidade para pessoas, baseado no caminhar e na perspectiva do pedestre, nem sempre estiveram em evidência na organização e no planejamento urbano, perdendo seu papel principal notoriamente a partir do século XX. De forma gradativa, a cultura rodoviarista redesenhou o espaço em função do automóvel, simbolizando a morte da rua e do pedestre. As distâncias passaram a ser definidas subordinadamente ao tempo do carro. Eis que a rua perde sua dimensão humana.

Frente a esse cenário, o caminhar torna-se resistência. Uma revolução silenciosa de atores inconformados com a impossibilidade de ter as ruas para si e para todos. Se Baudelaire já ressaltava a afinidade do *flanêur* do século XIX com os que a modernidade tornava invisíveis,

essa relação se aprofunda e passa a ser o objetivo de muitos caminhantes a partir do século XX.

Se a *flânerie* de Baudelaire explora a cidade seguindo um desejo de se perder nela e em suas multidões, para compreender a industrialização e a modernização que transformam os grandes centros urbanos no período, os Situacionistas, ilustrados pela figura de Guy Debord, propõem a deriva como método de análise e crítica da cidade contemporânea. Ambos, em diferentes períodos, constroem suas percepções das grandes cidades e denunciam as consequências do capitalismo desenfreado para suas estruturas.

Os situacionistas introduzem assim, a deriva[4] enquanto variante do conceito de *flânerie*. Esta é, paralelamente, procedimento e teoria. Ainda que parta do conceito baudelairiano, apresenta distinções: se, para o *flâneur*, o prazer de olhar motiva suas deambulações, a deriva tem na apropriação do espaço seu principal objetivo. Apresenta assim, uma atitude mais crítica se comparada à *flânerie*, ao buscar desmascarar e criticar a homogeneidade e a espetacularização dos espaços frente à crescente influência da cultura de massa (FREIRE, 1997).

Debord (2003) escreve, em sua Teoria da Deriva, um manifesto em favor do caminhar como método. Para compreender o urbano de forma crítica, enquanto ambiente complexo e diverso, a deriva aparece como técnica eficaz. Contestando a "sociedade do espetáculo" midiatizada e massificada, a deriva se consolida: "no polo oposto a essas aberrações, o caráter principalmente urbano da deriva, no contato com centros de possibilidades e de significações que são as grandes cidades transformadas pela indústria" (DEBORD, 2003, p. 88).

Buscando a participação em contraposição à passividade espectadora criada pelo capitalismo e incentivada pelo urbanismo racionalista, Debord e os situacionistas sugerem uma revolução pelo caminhar. Paola Jacques (2003, p. 3-4) evidencia esse intuito revolucionário:

> enquanto os modernos chegaram a achar, como Le Corbusier, que a arquitetura poderia evitar a revolução [...], os situacionistas, ao contrário, queriam provocar a revolução, e pretendiam usar a arquitetura e o ambiente urbano em geral para induzir à participação, para contribuir nessa revolução da vida cotidiana contra a alienação e a passividade da sociedade.

Essa revolução pelo caminhar busca no surrealismo a crença no acaso como forma de tornar familiar o estranho, procurando através deste, tornar significativos setores esquecidos da cidade (FREIRE, 1997). Dessa maneira, a psicogeografia situacionista[5] "trata da

[4] "A deriva se apresenta como uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas. O conceito de deriva está indissoluvelmente ligado ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que o torna absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e passeio" (DEBORD, 2003, p. 87).

[5] A psicogeografia, segundo Jacques (2003, s/ p.) se qualifica como um "estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos". Nesse sentido "experiências psicogeográficas" nas cidades fazem alusão a uma forma de fruição no espaço urbano a partir de uma experiência afetiva.

desnaturalização das coisas e do mundo a partir do mapeamento de trajetórias e percursos, numa relação dialética, com o caminho, a ser ou já percorrido" (NASCIMENTO, 2009, p. 136).

As errâncias se mostram assim, como um meio eficaz de compreender a cidade, abarcando sua subjetividade e multiplicidade. Percebendo elementos que muitas vezes passam despercebidos aos olhos acostumados, o caminhante dá voz àquele que é esquecido pelas grandes cidades. Ao entremear-se na massa, constrói uma perspectiva em nível de igualdade com as demais vidas urbanas, compreendendo-nas em sua pluralidade. O caminhar nada mais é que uma homenagem à diversidade que coexiste nas ruas.

CAMINHAR TEM GÊNERO?

Abordando os escritos de Baudelaire, Benjamin (1985) se atém à figura do *flâneur* enquanto representante do olhar de estranhamento frente à cidade em transformação. No entanto, cabe o seguinte apontamento: essa figura descrita por Baudelaire (1995), sem obviamente questionar aqui as contribuições importantes deste autor, também pode ser observada como uma figura privilegiada? Além de um indivíduo com tempo e dinheiro para vaguear à vontade pela cidade, pontuemos um outro fato igualmente relevante: é sempre um homem. Falemos portanto de uma *flâneuse*. Contudo, "talvez a resposta não seja tentar encaixar a mulher em uma concepção masculina, mas redefinir esse conceito. É hora de reconhecer uma contra-tradição da *flâneuse*"(ELKIN, 2016, s/p., tradução nossa[6])

Jane Jacobs (2011), já na década de 1960, abordava a necessidade de "vida urbana" para se garantir segurança para o pedestre. Com uma abordagem mais voltada à crítica ao zoneamento urbano modernista, esta autora aponta a necessidade de manutenção dos "olhos das ruas" para que se reduzam a sensação de medo nas cidades. Obviamente, sua narrativa se constrói em um outro contexto: Nova York do século passado. Ainda assim, suas contribuições, nesse aspecto, são de grande relevância. Mas então o que seria o caminhar, no contexto brasileiro hoje?

A discussão sobre as errâncias no contexto de cidade ganha uma outra faceta se pensada sob a perspectiva feminina no usufruto do espaço. Estudos apontam números alarmantes no que se refere à violência contra a mulher no espaço público, o que gera além de um perigo real, o que podemos qualificar como medo percebido (ROLNIK, 2018). Nesse sentido, o caminhar, sob ótica da mulher, pode não ser um ato tão inclusivo assim. É preciso que seja considerado também como uma situação de vulnerabilidade. Solnit (2016, p. 30-31), apesar de abordar o contexto estadunidense a respeito deste assunto, pontua algo que muito se aplica à discussão que aqui estamos conduzindo:

> Caminhar tem a ver com estar do lado de fora, em espaço público, e o espaço público também vem sendo abandonado e carcomido nas cidades mais antigas, ofuscado por tecnologias e serviços que não exigem que saiamos de casa, toldados pelo medo em muitos lugares (e lugares estranhos são

[6] Do original: "Perhaps the answer is not to attempt to make a woman fit a masculine concept, but to redefine the concept itself. It's time to recognise a counter-tradition of the flâneuse".

> sempre mais assustadores do que os conhecidos, então, quanto menos se anda pela cidade, mais alarmante ela parece, e quanto mais raros os andarilhos, mais solitária e perigosa ela realmente se torna). Entretanto, em vários lugares novos, o espaço público sequer entra no projeto: o que um dia foi espaço público hoje é projetado para dar privacidade aos automóveis; shopping centers substituem as ruas comerciais; as ruas não têm calçadas; entra-se nos edifícios pelas garagens; as prefeituras não têm mais praças; e tudo tem muros, grades, portões.

Essas questões colocam em xeque teorias que qualificam o vaguear, as errâncias urbanas e trajetórias traçadas ao acaso, como método de compreensão do espaço urbano e subversão de um anestesiamento em relação à vida nas cidades. O caminhar como arte nos desperta para as situações mais banais da atividade, como nos afirma Solnit (2016). Dentre as possibilidades dos temas que envolvem as errâncias urbanas, o olhar se insere no campo de explorar esses espaços outros enquanto manifestações poéticas na busca de derivas. Pensemos assim as experiências psicogeográficas das derivas de forma crítica. O "lugar" da mulher nesse contexto nos traz uma discussão interessante.

> Quando afirma que "não se nasce mulher, torna-se", Simone de Beauvoir se apropria dessa doutrina, a dos atos constitutivos, reinterpretando-a a partir da tradição fenomenológica. Nesse sentido, o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos (BUTLER, 2018, p. 3).

Mas o que de fato seria se tornar mulher no contexto de cidade hoje? Há quem diga que, ser mulher na América Latina pode constituir, hoje, um risco de vida. No entanto, mais que um risco de vida, a liberdade feminina ganha os holofotes quando que se questiona não apenas esse fato na sociedade contemporânea, mas também a sexualização de seu corpo na figura de um caminhante. Nas palavras de Solnit (2016, p. 387):

> para os homens sempre foi mais fácil andar pela rua do que para mulheres. As mulheres eram costumeiramente castigadas e intimadas por experimentar a mais simples das liberdades, a de sair para caminhar, pois seu caminhar e, de fato, sua própria existência foram inevitável e continuamente sexualizados nas sociedades que se preocupam em controlar a sexualidade feminina.

Diferente dessa realidade contemporânea do acesso à cidade enquanto espaço público, a rua deveria representar, para além de um trânsito cotidiano, uma passagem livre para todos, e principalmente, todas. Entre as ordens tácitas da cidade, as questões de gênero e sexualidade estabelecem horários e contextos nos quais determinado corpo pode ou não ocupar a rua. O que delimita a mobilidade de uma mulher pelo espaço público é o medo que ela sente ao caminhar por ele. "Em duas ocasiões me passou esse 'algo' e eu me dava conta de que quando se modifica a hora, ou a luz, ou as pessoas se modificam os espaços para mim"

(ROCHELEAU, 2016, p. 25, tradução nossa[7]). E se nas ruas determina-se qual gênero possui ou não liberdades, o contexto urbano das pessoas sugere relações de dominação ainda mais profundas, à qual esse corpo é submetido ao ocupar determinado espaço, em determinado horário. Estariam, então, as mulheres de certas partes do globo mais sujeitas a essas relações quando decidem ocupar o espaço público?

É POSSÍVEL FALAR EM DERIVAS LATINO-AMERICANAS?

Se mulheres ao redor do mundo encontram obstáculos no usufruto dos espaços públicos, na América Latina tais situações são ainda mais particulares. Cabe então abordar brevemente o contexto latino-americano, para compreender as desigualdades e violências que o constituem.

Frutos da exploração colonial, os países latino-americanos nascem já em uma situação de dependência em relação às metrópoles europeias, a qual se desenrola até a atualidade, estendendo-se aos demais países desenvolvidos. Reproduzindo tal cenário, estrutura-se uma sociedade desigual internamente, marcada pelo autoritarismo e violência empregados desde a colonização. É assim que, importando modelos do exterior - considerado sempre "superior" - desenvolvem-se as cidades na América Latina. Não como um projeto próprio e condizente com a realidade local, mas como produto das desigualdades que vêm se agravando ao longo dos séculos (GUIMARÃES, 2007; CHAUÍ, 1995). Dessa forma,

> a urbanização na América Latina não é reflexo de um processo de modernização, mas a expressão, a nível das relações socioespaciais, da agudização das contradições sociais no processo de crescimento econômico, determinado pela sua particular relação de dependência dentro do sistema capitalista mundial (CASTELLS, 1979, p. 131).

O processo de urbanização no Brasil se deu, mais especificamente a partir do século XX, no momento em que o resto do globo vivia as ondas do zoneamento urbano modernista. Erminia Maricato (2003) afirma ainda que, em um contexto de rápido desenvolvimento urbano das cidades, questões que marcavam o período colonial e imperial neste país não foram superadas: a concentração de terra, de renda e de poder. O urbano brasileiro nasce de forma desigual, analogamente ao contexto latino-americano. Ao passo que a segregação espacial cresce de forma acelerada, evidenciam-se as contradições urbanas no acesso aos espaços por classes, gêneros, sexualidades e cores distintas, evidenciada no tratamento do Estado e das administrações públicas.

A urbanização na América Latina se dá, então, como produto de uma modernização conservadora, não sendo acompanhada, segundo Ana Clara Torres Ribeiro (2013), por ganhos

[7] Do original: "En dos ocasiones paso ese 'algo' y yo me daba cuenta de que se cambiara la hora, o la luz, o la gente, se cambiaran los espacios para mí.

em urbanidade[8]. Esse déficit em urbanidade na sociedade brasileira se traduz em cidades caracterizadas por obstáculos à cooperação e à convivência urbana, além da precariedade de infraestrutura, ou seja, da falta de acesso a serviços necessários para o bem-estar da população. Nesse sentido, a autora aponta que "é a ausência de cooperação entre desiguais e diferentes que poderia explicar, ainda, a dimensão alcançada pela segregação social e espacial no urbano" (RIBEIRO, 2013, p. 95).

Essa situação leva à naturalização e à banalização da violência, que dada a fragmentação das cidades, é vista de forma despersonalizada, anônima. Impede-se, assim, de se considerar a violência de acordo com suas causas e manifestações reais, não sendo distinguidas práticas diferentes ou especificidades conjunturais entre âmbitos diversos da vida urbana. Tal processo está intimamente ligado aos interesses do mercado, que busca vender de forma generalizada confiabilidade e segurança frente ao anonimato da violência (RIBEIRO, 2013).

A América Latina seria portanto, o sonho dourado dos idealizadores da tábula rasa, um continente "vazio" e "condenado ao moderno[9]" como afirmaria Pedrosa (1998), numa espécie de laboratório experimental sociopolítico, e que consequentemente, causa violência e empobrecimento culturais. Ainda assim, mesmo marcadas pelos interesses do capital e pela segregação, resistências e afirmações de existências populares sempre foram percebidas nas ruas latino-americanas.

Nesse contexto, e mais precisamente falando de cidades brasileiras, a rua sempre se consolidou como um território popular em sua excelência. Ocupados por grupos sociais distintos, matrizes religiosas, manifestações culturais - o carnaval não nos deixa mentir - e movimentos sociais, esse espaço público sempre protagonizou as relações diversas. Porém, a elite econômica brasileira sempre enxergou essas ocupações da rua como subversões e trabalharam (e ainda trabalham) incessantemente para a repressão dessas manifestações. Cria-se uma cultura do medo que vai, aos poucos, consolidando a visão de que tudo que acontece na rua é perigoso e imoral. Logo, o caminhar, seja enquanto manifestação, contemplação ou simplesmente acesso, transforma-se em um ato audacioso e arriscado, mas também como uma ação transformadora.

A presença de mulheres alinhadas aos movimentos feministas nas ruas traz questionamentos sobre a importância da ocupação do espaço público para o discurso de empoderamento. Eis, nesse movimento de ocupação, uma possibilidade de se subverter a restrição de liberdade imposta aos corpos femininos nos espaços públicos. Tal e qual "crias da rua[10]", onde é preciso "ser livre, seguir sem se importar; se quiser ir pra qualquer lugar, que

[8] A autora apresenta o conceito de urbanidade como constituindo "o amadurecimento necessário de relações políticas e socioculturais no urbano, capaz de facilitar e orientar o contato diário com o desconhecido, o diferente e o inesperado que caracteriza a vida social em contextos metropolitanos" (RIBEIRO, 2013, p. 95).

[9] Definição do conceito pelo autor ao afirmar que "somos pela fatalidade mesma de nossa formação, condenados ao moderno" (PEDROSA, Mário. *"Brasília, a Cidade Nova"*, in ARANTES, Otília B. F. (org.). *Textos Escolhidos III* – Acadêmicos e Modernos. São Paulo, Edusp, 1998. p. 42)

[10] Termo retirado do título da música Crias da Rua - Bia Oxum, Drik Barbosa, Equilíbrio Sonoro e Familia ZL. In: Crias da Rua. ONErpm: Laborátorio Fantasma, 2018.

vá[11]", os corpos, principalmente os femininos, são pontos de partida para a apropriação do espaço público e das ações contra-hegemônicas de ordem das ruas.

É possível que esses corpos que se encontram "fora do lugar" sejam os que vão ressignificar nossos questionamentos, onde os problemas associados a convivência e compartilhamento de um espaço ligam os motores das lutas sociais (HARVEY, 2000). Sermos propriedade dos nossos corpos para nos apropriarmos dos espaços públicos num questionamento da noção de autonomia pessoal e espacial, desconstruindo ordens sociais vigentes e em grande parte, misóginas e heteronormativas.

É tipo ter um corpo feito de água salgada
Se equilibrar nas próprias ondas
Que teme tudo e não teme nada
É aprender com o mar a retroceder e atacar[12]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecemos dizendo que não são as luzes das cidades nem o policiamento das calçadas os únicos responsáveis pela manutenção de uma qualidade espacial, no tocante à segurança. A presença de pessoas transitando ininterruptamente "protege" os próprios usuários. De fato, para além de um perigo real, ser mulher, brasileira, e ainda assim adepta do caminhar como linguagem de conhecimento e legibilidade das cidades, seja algo que talvez simbolize muito mais uma sensação de limitação concreta, do que um estranhamento.

Apesar de podermos dizer que a sociedade contemporânea parece se acostumar à sensação de medo nas cidades, é preciso pontuar também a importância de revolução desse anestesiamento. Como mesmo sugerem os teóricos acerca dos movimentos psicogeográficos de deriva e das *flâneries,* uma indução à participação ativa nas cidades, em um movimento contra a alienação e, sobretudo, contra a passividade na produção das cidades talvez sejam a porta de entrada para uma outra vivência do espaço urbano.

O caminhar enquanto compreensão dos processos de resistência que trazem a tona a dimensão política das cidades são muitas vezes travados por lutas cotidianas. O caráter político na apropriação do espaço público como espaço de produção é essencial para garantirmos democracia e justiça social no que se refere a expressão de diferenças e acesso a cidade a cultura. Para a construção de uma cultura urbana com identidade, Rogers (2005), defende a participação civil por parte de problemas ignorados pelo setor público na criação de uma "cidadania criativa". Para que esta cultura urbana se manifeste são necessários ambientes densos e interativos, espaços públicos criativos, seguros e inclusivos e que encorajam a interação. Nesse mesmo sentido, Marilena Chauí (1995) aponta para a necessidade de se transformar a cultura política no Brasil através da construção de uma "cidadania cultural", capaz de atrelar a população à defesa de seus interesses e à participação

[11] CONKÁ, Karol. *Sandália* (*feat* Rincon Sapiência). *In:* Batuk Freak. Deckdisc: Rio de Janeiro, 2013.
[12] MINAS, Slam das. *feat* Drik Barbosa. *Trincheiras #ElasSim*. ONErpm: Laboratório Fantasma, 2018.

nas esferas públicas, o que contribuiria para democratizar os espaços de convivência e a sociedade como um todo.

Se há ou não uma *flâneuse* e se de fato é possível se falar em derivas no contexto latino-americano, são perguntas que aqui nos propomos a discutir. Sem nenhuma pretensão de abordar esse assunto de forma sistemática ou exaurir conceitos, neste artigo buscou-se, maiormente, tratar a rua e o caminhar sob a ótica da mulher, questionando-se o contexto urbano e socioespacial, bem como os processos que hoje culminam em limitações à essas errâncias, compreendendo que se libertar dessas amarras sociais é parte indissociável da construção de nossas cidades.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos ao Grupo de Pesquisa A.T.A. da Universidade Federal de São João del-Rei e ao Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade da mesma universidade.

REFERÊNCIAS

BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. *In:* BAUDELAIRE, Charles. *Poesia e Prosa.* São Paulo: Nova Aguilar, 1995.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. *In:* KOTHE, Flávio (org.). *Textos de Walter Benjamin.* São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.

BUTLER, Judith. “Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”. *Caderno de Leituras*, n.78. Chão da Feira. São Paulo, 2018.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana.* 2 ed. Lisboa: Presença, 1979. 300 p.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 9, n. 23, p.71-84, 1995.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1:* as artes do fazer. Petrópolis: Vozes. 1994.

DEBORD, Guy. “Teoria da deriva”. *In:* JACQUES, Paola. B. (org). *Apologia da Deriva:* escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social.* São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ELKIN, Lauren. A tribute to female flâneurs: the women who reclaimed our city streets. *The Guardian.* jul. de 2016. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/cities/2016/jul/29/female-flaneur-women-reclaim-streets?CMP=share_btn_fb>. Acesso em nov. 2018.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas*: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia:* uma contribuição ao estudo da política internacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Edições Loyola, 2000.

HEIDEGGER, Martin. La esencia del habla. *In:* HEIDEGGER, Martin. *De camino al habla Barcelona:* Ediciones del Serbal. 1987. p. 141-194.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. "Breve histórico da Internacional Situacionista – IS". *Arquitextos,* São Paulo, ano 03, n. 035.05, abr. 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.035/696>.

JACQUES, Paola B; JEUDY, Henry P. *Corpos e cenários urbanos:* territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006.

MARICATO, Ermínia. "Metrópole, legislação e desigualdade". *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>.

NASCIMENTO, Adriana G. *(arte) e (cidade):* Ação Cultural e Intervenção Efêmera. 2009. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius loci:* Towards a phenomenology of architecture. Rizzoli, 1980.

SOLNIT, Rebecca. *A história do caminhar***.** 1 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Modernidade e risco nas metrópoles brasileiras. *In:* RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente:* Ação, técnica e espaço. vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 85-99.

ROCHELEAU, Dianne. *C*omo nos formamos como mujeres caminantes en nuestras geografías y calendarios con relaciones desiguales de género. *In: Espacialidades feministas*. 5 ed. Bogotá: Escuela de Estudios de Género, 2016.

ROGERS, Richard. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2001.

ROLNIK, Raquel. *Mulheres têm direito de ir e vir limitado nas cidades.* mar. de 2018. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2018/03/08/mulheres-tem-direito-de-ir-e-vir-limitado-nas-cidades/>. Acesso em nov. 2018.

ROSE, Gillian. *Feminism and Geography:* The Limits of Geographical Knowledge. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.